

do 1º
foro
1120

**CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS M' BORORÉ
CONSOLIDAÇÃO**

ESTATUTO

TÍTULO I

DA ENTIDADE, SUA CONSTITUIÇÃO E SEUS FINS

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, FINS, SEDE, FORO E DURAÇÃO

Art. 1º - O Centro tem como data de fundação, 11 de junho de 1992 e denominação "CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS M' BORORÉ" e inscrito no Cartório de Registro de Imóveis e Especiais, de Campo Bom, em 22 de julho de 1992, às folhas 078v (setenta e oito verso) a 079 (setenta e nove), sob o número de ordem 268 (duzentos e sessenta e oito) do Livro A-1, fundado a partir do desligamento do "GRUPO DE ARTES NATIVAS M' BORORÉ", filiado ao Departamento Cultural do Clube 15 de Novembro, na Avenida Brasil nº 3.092, nesta cidade, tendo como endereço e sede associativa a Rua Professora Liane da Rosa s/nº, com Foro em Campo Bom, no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º - O Centro tem por finalidade:

a - Congregar tradicionalistas, para pesquisar, cultivar e divulgar as tradições e o folclore gaúcho, por todos os meios correlatos, sejam culturais, artísticos, campeiros e/ou sociais;

b - Estimular a criação de núcleos culturais que se destinem rigorosamente ao cultivo e a divulgação das tradições gaúchas;

Art. 3º - O Centro será composto de indeterminado número de associados.

Art. 4º - É proibido, ao Centro sediar, nas dependências da entidade, qualquer atividade que desrespeite a Constituição Federal, e a Legislação Pátria.

RBR
OK

102
1913
p. 2

CAPÍTULO II

DO LEMA, DAS CORES E DO BRASÃO

Art. 5º - Fica adotado para o Centro de Tradições Gaúchas M'Bororé o seguinte lema:

"DA CULTURA E DA TRADIÇÃO, ETERNO GUARDIÃO"

Art. 6º - As cores do Centro são verde, azul, branco e amarelo ouro.

Art. 7º - O Brasão do Centro, compor-se-á: a legenda M' BORORÉ representando as ruínas de São Miguel em forma de um chapéu, estando escrito na aba Centro de Tradições Gaúchas, tendo à esquerda a torre de vigia simbolizando a riqueza; à direita o Índio M'Bororé empunhando uma lança, cuja ponta em forma de lua representando a noite, tendo acima o sol representando o dia. Estando abaixo, centralizado o Lema: "DA CULTURA E DA TRADIÇÃO, ETERNO GUARDIÃO". Centralizado na parte superior do brasão "30ª Região Tradicionalista" e na parte inferior o nome do Município de "Campo Bom - RS".

Art. 8º - A bandeira do Centro será retangular, fundo branco, tarja com cores do Rio Grande do Sul (verde, vermelho e amarelo) no canto superior esquerdo, o Brasão do CTG centralizado, e, no canto inferior direito uma tarja com as cores do Município de Campo Bom (azul, branco e vermelho).

CAPÍTULO III

DO PATRIMONIO E DA APLICAÇÃO DA RENDA

Art. 9º - O patrimônio do Centro é ilimitado e se constitui de bens móveis e imóveis, livros, documentos, peças de museu e artesanato, obras de arte, títulos de renda, dinheiro em espécie, depósitos em estabelecimentos de crédito ou quaisquer outros valores pertencentes à entidade, ou que venham a ser adquirido.

Art. 10 - As rendas e recursos do Centro só podem ser aplicados no território nacional para cumprir os fins visados pela entidade, não podendo haver distribuição de lucros ou bonificações a dirigentes ou a associados, sob nenhuma forma ou pretexto.

103
910
112

Art. 11 - Qualquer modificação relativa à diminuição patrimonial da entidade, deverá ser submetida à aprovação da Assembléia Geral.

Art. 12 - Em caso de extinção do Centro, o Conselho de Vaqueanos, decidirá sob as medidas a serem tomadas, priorizando por nomear uma comissão de, no mínimo 5 (cinco) associados para o pagamento das dividas eventuais da entidade e o restante do acervo financeiro será doado a uma entidade filantrópica definida pelo Conselho de Vaqueanos, bem como o acervo cultural doado a um museu.

CAPÍTULO IV

CATEGORIA DOS ASSOCIADOS

Art. 13 - Os associados serão divididos em 5 (cinco) categorias:

- a - Fundadores;
- b - Contribuintes;
- c - Honorários;
- d - Artísticos;
- e - Beneméritos.

\$1° - São associados fundadores, aqueles que constam na ata de fundação do Centro.

\$2° - São associados contribuintes, os que participam diretamente das atividades do Centro.

\$3° - São associados honorários, que por decisão favorável de 3/4 (três quartos) da Assembléia Geral, tenham contribuído de forma favorável, notória e pública, para o engrandecimento das tradições gaúchas, revelando-se grande divulgador da história, das letras e das artes gaúchas, os mesmo não tem direito a voto e nem serem votados.

1018
11/11/11

\$4° - Poderão ser associados artísticos, os que, participam diretamente das atividades do Centro, se dediquem de forma efetiva as causas artísticas e culturais. Os mesmos deverão contribuir com mensalidade, ficando isento da taxa de adesão.

\$5° - São associados beneméritos, os que tenham prestado relevantes benefícios e especiais serviços ao Centro além de terem que passar pela decisão

favorável da maioria absoluta da Patronagem e do Conselho de Vaqueanos. Esta categoria será isenta de mensalidade. 404
91 0

Art. 14 - São condições indispensáveis para admissão de associados:

- a - Gozar e pleno conceito moral e social;
- b - Submeter-se à aprovação da Patronagem;

Parágrafo Único - A proposta para associado será assinada, pelo proposto e pelo proponente, e quando aceitas serão assinadas pelo Patrão e o Agregado das Pilchas.

CAPÍTULO V

DAS CONTRIBUIÇÕES

Art. 15 - As contribuições estão assim distribuídas:

- a - Taxa de Adesão;
- b - Mensalidade;

Art. 16 - A contribuição mensal, será estipulada pela Patronagem.

Parágrafo Único - O Conselho de Vaqueanos decidirá sobre as demais contribuições.

CAPÍTULO VI

DOS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS

Art. 17 - São direitos dos associados:

a - Usufruir todos os benefícios e regalias que o Centro proporcionar, desde que esteja quite com as contribuições associativas;

b - Votar e ser votado;

c - Apresentar a Patronagem, sugestão que julgar de utilidade ao Centro;

d - Comunicar a Patronagem toda irregularidade que observar na marcha dos trabalhos do Centro, como no comportamento dos associados dentro das suas dependências;

e - Ter como dependentes, a esposa e filhos solteiros até 18 anos de idade

for
G B
fmu

Parágrafo Único - Quando o filho atingir a idade de 18 anos, a seu requerimento, passa a fazer parte da categoria de sócio contribuinte e fica isento da taxa de adesão.

Art. 18 - São deveres dos associados e seus dependentes:

a - Acatar as decisões da Patronagem e do Conselho de Vaqueanos;

b - Ter pleno conhecimento dos Estatuto e Regimento Interno do Centro;

c - Estar em dia com as contribuições sociais, previstas neste Estatuto;

d - Cumprir e fazer cumprir este Estatuto;

e - Zelar pelo patrimônio moral, cultural e material do Centro;

f - Manter rigorosamente a disciplina dentro e fora das dependências do Centro, e ter exemplar comportamento.

Art. 19 - A nenhum associado caberá o direito de tomar qualquer deliberação ou atitude, em nome do Centro;

Parágrafo Único - Os associados não poderão, individualmente ou em grupos se apresentarem e representar em festividades ou a qualquer evento, em nome do Centro sem a devida autorização por escrito da Patronagem.

Art. 20 - O associado que estiver com mais de 1 (um) ano em atraso com suas mensalidades, será automaticamente desligado do quadro associativo do Centro.

for
G B
fmu

Parágrafo Único - A Patronagem concederá licença temporária, isentando o pagamento de contribuição pecuniária, aos associados que solicitarem, por escrito, afastamento temporário das atividades do Centro.

Art. 21 - A Patronagem terá plenos poderes para advertir, suspender e excluir de seu quadro associativo, o associado, bem como seus dependentes, que se negarem a cumprir seus deveres associativos, dando-lhes o direito de...

Art. 22 - Os associados não respondem subsidiariamente pelas obrigações associativas do Centro.

TÍTULO II

DA ADMINISTRAÇÃO

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 23 - São órgãos do Centro:

I - Deliberativo:

a - Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária;

II - Administrativos:

a - Conselho de Vaqueanos;

b - Patronagem;

c - Junta Fiscal;

Art. 24 - A nenhum dos membros dos órgãos administrativos será atribuído salário, vencimento, abono, gratificação ou remuneração de qualquer espécie.

Parágrafo Único - Poderá a Patronagem, a seu juízo, contratar profissionais, em geral, para a execução de serviços do Centro.

CAPÍTULO II

DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Art. 25 - A Assembléia Geral Ordinária é o órgão soberano e deliberará por maioria simples e reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano, no mês de novembro, para proceder à eleição, simultaneamente, de membros para o Conselho de Vaqueanos, da Patronagem e da Junta Fiscal e seus respectivos suplentes e a prestação de contas da Patronagem da gestão finda.

§1º - A convocação será feita com prazo de 30 (trinta) dias de antecedência, por edital, assinado pelo Patrão, o qual deverá ser afixado na sede associativa do Centro ou na imprensa local.

for no 1/26
§2º - Quando o dispositivo do §1º deste artigo não ocorrer, a Assembléia Geral Ordinária poderá ser convocada pelo menos por 5 (cinco) associados em dia com seus deveres associativos, com as despesas efetuadas ao encargo do Centro.

Art. 26 - Convocada a Assembléia Geral Ordinária, será instalada pelo Presidente do Conselho de Vaqueanos, que indicará, com a aprovação da maioria simples dos Conselheiros, o Presidente da Mesa.

§1º - O Presidente nomeará 3 (três) associados, para constituírem a Comissão Eleitoral, a quem compete o registro de chapas, a recepção dos votos e o escrutínio e designará qualquer dos presentes para secretariar a Assembléia.

§2º A Assembléia Geral Ordinária se instalará, em primeira chamada, com a presença de pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos associados em dia com seus deveres associativos, e em segunda chamada, 30 (trinta) minutos após a primeira, com qualquer número de associados presentes.

Art. 27 - Os candidatos concorrerão por meio de chapa nominativa, que contenha integralmente o número de componentes a serem eleitos, titulares e suplentes, para a Patronagem, Conselho de Vaqueanos e Junta Fiscal.

§1º - As chapas deverão ser encaminhadas ao Conselho de Vaqueanos, para apreciação de deferimento, impreterivelmente até 15 (quinze) dias, antes da instalação da Assembléia Geral Ordinária.

§2º - As chapas só terão sua inscrição, se acompanhadas do consentimento, por escrito, de cada um dos candidatos.

Me-
§3º - Não será permitido que o mesmo eleitor ou candidato assine o pedido de registro em mais de uma chapa.

Art. 28 - Cada associado em dia, terá direito a 1 (um) voto, sendo que em hipótese alguma poderá se fazer representar.

Parágrafo Único - Consideram-se associados com direito a voto, os associados titulares.

Art. 29 - Ao votar, o eleitor receberá da mesa uma cédula, onde deverá colocar o número da chapa de sua

preferência, caso haja mais de uma, ou assinalar **SIM** ou **NÃO** se houver apenas uma chapa. fol 1910
p. 21

Art. 30 - Será considerada eleita à chapa mais votada.

Art. 31 - Em caso de empate será declarada eleita a chapa que tenha como Patrão o candidato com mais tempo de filiação ao Centro, se persistir o empate, vencerá o que possuir mais idade cronológica.

Art. 32 - O Plenário da Assembléia Geral Ordinária escolherá 5 (cinco) de seus membros, para em seu nome, conferir e aprovar a ata da sessão, assim como assiná-la, juntamente com a Comissão Eleitoral, o Presidente e o Secretário dos trabalhos.

Art. 33 - Na Assembléia Geral Ordinária, a Patronagem que estiver encerrando o seu mandato deverá apresentar um relatório geral de prestação de contas, o qual será posto em apreciação e deverá ser aprovado ou não.

Parágrafo Único - Em caso de não ser aprovado o relatório da Patronagem na Assembléia Geral Ordinária, a mesma deverá tomar as providências necessárias para que o caso seja solucionado.

CAPÍTULO III

DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Art. 34 - A Assembléia Geral Extraordinária poderá ser convocada:

§1º - Por deliberação de qualquer associado:

a - Dentro de seus direitos e deveres associativos, desde que apresente-a no mínimo com 1/3 (um terço) de assinaturas de associados, em dia com suas obrigações associativas.

§2º - Por deliberação da Patronagem:

a - Estas convocações deverão ser realizadas com antecedência de 5 (cinco) dias, no mínimo.

b - O edital de convocação deverá ser afixado na sede associativa ou na imprensa, e deverá ser assinado por quem convocou a Assembléia Geral Extraordinária.

100
Or 3
c - No edital de convocação, deverá constar por expresso o motivo da convocação, o qual será a Ordem do Dia.

§3º - por deliberação do Conselho de Vaqueanos:

a - De acordo com o Art. 55 e seus parágrafos.

Artigo 35 - A Assembléia Geral Extraordinária será presidida inicialmente por quem a convocou, o qual de imediato procederá à eleição da mesa diretiva, constituída de: 1 (um) Presidente e 2 (dois) Secretários.

CAPÍTULO IV

DO CONSELHO DE VAQUEANOS

Art. 36 - Do Conselho de Vaqueanos:

§1º - O Conselho de Vaqueanos é composto por 10 (dez) membros, titulares e 3 (três) suplentes, com mandato de 2(dois) anos, eleitos em Assembléia Geral Ordinária, podendo serem reeleitos.

§2º - Juntamente com a eleição dos membros do Conselho de Vaqueanos, serão eleitos mais 3 (três) membros suplentes, os quais serão chamados pela ordem de filiação ao Centro, no caso de impedimento ou vacância, para assumirem as atribuições do cargo.

Art. 37 - O Conselho de Vaqueanos será empossado juntamente com a Patronagem.

Art. 38 - A escolha do Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Vaqueanos será procedida em sessão especial, logo após a realização da Assembléia Geral Ordinária.

Art. 39 - O Conselho de Vaqueanos é convocado pelo seu Presidente ou por metade mais um de seus membros, sendo suas decisões tomadas por maioria simples.

Art. 40 - Perderá o mandato o membro do Conselho de Vaqueanos que faltar 3 (três) sessões consecutivas, sem justo motivo, a juízo de seus pares.

Art. 41 - Compete ao Conselho de Vaqueanos:

a - Eleger seu Presidente e Vice-Presidente;

b - Convocar Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária;

c - Destituir, por decisão favorável de 1/2 (metade) de seus membros, em sessão extraordinária convocada especialmente para esse fim, o presidente e o Vice-Presidente do órgão, elegendo, na mesma sessão os sucessores;

d - Interpretar e resolver os casos omissos do presente Estatuto;

e - Conferir títulos de benemerência, honoríficos e laureais;

f - Elaborar o Regimento Interno do Centro, em anuência com a Patronagem, que se transformará em regulamento deste Estatuto;

g - Apresentar o Livro de Atas de fim de gestão;

h - Exercer as demais atribuições que lhes forem fixadas pelo Regimento Interno;

i - Fiscalizar as deliberações da Patronagem;

j - Apreciar, deferir ou indeferir as chapas que concorrerão a Patronagem.

Art. 42 - Quando houver pedido de demissão coletiva da Patronagem ou pedido de demissão do Patrão e/ou dos Capatazes, deverá o Conselho de Vaqueanos convocar uma Assembléia Geral Extraordinária para tratar dos fatos.

§1º - Aceito o pedido de demissão coletiva pela Assembléia Geral Extraordinária, o Conselho de Vaqueanos providenciará imediatamente a realização de nova eleição. Quando for o caso de demissão individual, apontará com a anuência da Patronagem o nome do substituto. No caso da renúncia da Patronagem ou do Patrão do Centro até a posse da nova Patronagem ou Patrão, o Presidente do Conselho de Vaqueanos assumirá a direção do Centro.

§2º - As eleições a que se refere o parágrafo anterior serão realizadas no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do afastamento do Patrão. O mandato da Patronagem ou do Patrão substituído será pelo tempo em que restava para completar o mandato do afastado e/ou afastados.

lem
D
p. 30

CAPÍTULO V

DA PATRONAGEM

Art. 43 - O Centro de Tradições Gaúchas M^oBororé, será administrado por uma Patronagem composta por 12 (doze) membros, com mandato de 1 (um) ano, com direito a reeleição, assim definido:

- a - Patrão;
- b - Capataz;
- c - 2º Capataz;
- d - 3º Capataz;
- e - Sota- Capataz;
- f - 2º Sota-Capataz;
- g - Agregado das Pilchas;
- h - 2º Agregado das Pilchas;
- i - Posteiro da Invernada Artística;
- j - 2º Posteiro da Invernada Artística;
- k - Posteiro da Invernada Campeira;
- l - 2º Posteiro da Invernada campeira;
- m - Agregado das Falas;

Art. 44 - A Patronagem será empossada em sessão solene a ser determinada pelo Presidente do Conselho de Vaqueanos.

Parágrafo Único - A primeira sessão ordinária da Patronagem ocorrerá no mês subsequente ao da posse, quando os membros da gestão anterior transmitirão suas funções aos novos dirigentes.

Art. 45 - A Patronagem, eleita pela Assembléia Geral Ordinária, é o órgão executivo do Centro, tendo para tal, a autonomia para:

§1º - Reunir-se ordinariamente, uma vez por mês, e extraordinariamente, sempre que se fizer necessário;

§2º - Nas reuniões da Patronagem deverão comparecer obrigatoriamente todos os ocupantes de cargos.

Art. 46 - Compete a Patronagem:

a - Administrar e conduzir o Centro, zelando pelo seu patrimônio;

b - Autorizar, depois de submetida à aprovação do Conselho de Vaqueanos, todas as despesas de investimentos patrimoniais acima de 10 salários mínimos vigentes no país.

c - Criar internadas artísticas, internadas campeiras e outras modalidades ou departamentos, bem como extingui-los, nomear ou demitir seus respectivos titulares.

Art. 47 - Compete ao Patrão:

a - Cumprir e fazer cumprir o Estatuto e Regulamento Interno do Centro;

b - Representar o Centro ou nomear quem o represente em qualquer ato público, particular, judicial ou extrajudicial;

c - Presidir as reuniões da Patronagem;

d - Designar os dias de reuniões extraordinárias da Patronagem;

e - Resolver os assuntos que requeiram extrema urgência, comunicando sua resolução a Patronagem, na reunião subsequente;

f - Assinar com o Sota-Capataz as atas e correspondências;

g - Assinar com o Agregado das Pilchas, os documentos de responsabilidade fiscal;

h - Apresentar na Assembléia Geral Ordinária, um relatório anual completo das atividades durante sua gestão, com o parecer do Conselho de Vaqueanos e Junta Fiscal.

Art. 48 - Compete ao Capataz:

a - Auxiliar o Patrão na direção do Centro;

b - Substituir o Patrão, no caso de impedimento do mesmo;

c - No impedimento do capataz, assume o 2º Capataz e assim também no impedimento deste, assume o 3º Capataz

Art. 49 - Compete ao Sota-Capataz:

- a - Manter em dia o registro do centro, junto às autoridades competentes;
- b - Assinar com o Patrão as correspondências e atas;
- c - Realizar publicações e arquivar as convocações, avisos e circulares;
- d - No impedimento do Sota-Capataz, assume o 2º Sota-Capataz.

Art. 50 - Compete ao Agregado das Pilchas:

- a - Efetuar todo serviço financeiro;
- b - Assinar como Patrão, os documentos de responsabilidade fiscal;
- c - Conservar sob sua responsabilidade, os valores monetários após o visto do Patrão;
- d - Saldar as dívidas e dispor dos valores monetários após o visto do Patrão;
- e - Apresentar mensalmente a Patronagem, e anualmente a Assembléia Geral Ordinária, um balancete financeiro;
- f - No impedimento do Agregado das Pilchas, assume o 2º Agregado das Pilchas.
- g - Após apreciação e aprovação da Patronagem, o balancete financeiro mensal deverá ser afixado no mural da entidade.

Art. 51 - Compete ao Posteiro da Invernada Artística;

a - Pugnar pela arte gaúcha, pelo tradicionalismo e o folclore, desde que de fato tragam a imagem real e verdadeira do gaúcho;

b - Apoiar e incentivar os associados e seus dependentes a desenvolverem e aperfeiçoarem seus dons artísticos, bem como incentivar sua participação ativa dentro do Centro;

c - No impedimento do Posteiro da Invernada Artística, assume o 2º Posteiro.

Art. 52 - Compete ao Posteiro da Invernada Campeira:

a - Pugnar de modo geral mais autêntico, o gaúcho, em suas lides de campo;

b - Apoiar e incentivar os associados e seus dependentes a desenvolverem e aperfeiçoarem seus dons campeiros, bem como incentivar sua participação ativa dentro do Centro;

c - No impedimento do Posteiro da Invernada Campeira, assume o 2º Posteiro.

Art. 53 - Compete ao Agregado das Falas:

a - Organizar e conduzir o protocolo;

b - Realizar as demais Relações Públicas do Centro.

Art. 54 - As Invernadas Artísticas e Campeiras do Centro, poderão na medida do possível, participar de eventos regionais, estaduais, nacionais e internacionais, uma vez que autorizadas por escrito, pela Patronagem.

Art. 55 - No caso de um ou mais membros da Patronagem não estarem desempenhando satisfatoriamente sua função ou ocorrendo à vacância do cargo, deverá a Patronagem remeter ao Conselho de Vaqueanos o pedido de substituição.

Parágrafo Único - O(s) substituto(s) será(ão) indicados pelo Conselho de Vaqueanos com a anuência da Patronagem.

Art. 56 - As Invernadas Artística, Campeira e outras consistem em órgãos próprios do Centro, destinados aos trabalhos relativos às finalidades do mesmo e existirão tantos quantos se fizerem necessários.

CAPÍTULO VI

DA JUNTA FISCAL

Art. 57 - Da Junta Fiscal:

§ 1º - A Junta Fiscal é composta por 3 (três) membros, titulares e 1 (um) suplente, com mandato de 2 (dois) anos, eleitos em Assembléia Geral Ordinária, e serão empossados na mesma sessão de posse dos membros do Conselho de Vaqueanos e da Patronagem, podendo serem reeleitos.

§ 2º - Logo após a sua eleição, os membros da Junta Fiscal, escolherão entre si, o Presidente do órgão. 15
a
b
13

Art. 58 - Compete a Junta Fiscal:

a - Examinar trimestralmente o movimento financeiro do Agregado das Pilchas;

b - Dar parecer, ao final da gestão, sobre o balanço financeiro e prestação de contas da Patronagem;

TÍTULO III

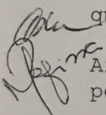
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 59 - O presente Estatuto somente poderá ser reformado por iniciativa do Conselho de Vaqueanos, com a aprovação de metade mais um de seus membros. As reformulações serão aprovadas por maioria simples em Assembléia Geral Extraordinária convocada para a finalidade.

§1º A Assembléia Geral Extraordinária deverá ser convocada, por edital, com no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência, e afixado na sede associativa do Centro, ou publicado na imprensa local.

§2º - A Assembléia Geral Extraordinária deverá deliberar em sessão única sobre a matéria em discussão.

Art. 60 - A dissolução do Centro de Tradições Gaúchas M'Bororé, somente se dará em Assembléia Geral Extraordinária, convocada para tal e mediante a aprovação de 3/4 (três quartos) da totalidade do quadro associativo.

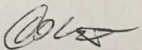
 Art. 61 - Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela Patronagem em concordância com o Conselho de Vaqueanos.

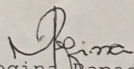
Art. 62 - O Presente Estatuto será, depois de aprovado em Assembléia Geral Extraordinária, publicado e registrado nas repartições competentes.

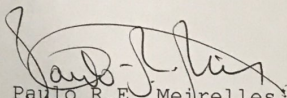
f16
913
f135

Art. 63 - O presente Estatuto Associativo consolidado aprovado pelos associados presentes à Assembléia Geral Extraordinária, a pedido do Conselho de Vaqueanos, específico e regularmente convocada pelo referido Conselho, realizada em 19 de janeiro de 2006 é transcrição fiel do Livro de Lavratura de Estatuto do CTG M'Bororé, vigorando a contar a partir desta data, e deverá ser registrado no ofício de Registro de Títulos e Documentos de Pessoa Jurídica.

Campo Bom, 19 de janeiro de 2006


Darci Freitas da Silva
Patrão
(Presidente)


Maria Regina Bapacki
Sota-Capataz
(Secretária)


Paulo R.E. Meirelles
OAB/RS N° 51.615

DO REGISTRO:

- Registro primitivo, em 22 de julho de 1992, no Livro A-1, folhas 078v (setenta e oito verso) a 79 (setenta e nove), sob número 268 (duzentos e sessenta e oito), do Registro de Imóveis e Especiais do Município de Campo Bom, e alteração consolidada em 19 de janeiro de 2006.
- CNPJ (MF) sob n° 93.849.354/0001-96, de 23 de julho de 1992.

PROTOCOLADO
Sob N.º 503
Em 07/04/2006
OFFICIAL

CARTÓRIO BAPTISTA
REGISTRO CIVIL DE
PESSOAS JURÍDICAS
FLÁVIA CATARINA BAPTISTA
Oficial
CAMPO BOM - RS

Averbado ao Registro do Estatuto Social
N.º 268 Do Livro N.º A-1
Campo Bom 18 de abril de 18/2006

EMOLUMENTOS. R\$ 16,90

OFFICIAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DE SUL
COMARCA DE CAMPO BOM
CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ESPECIAIS PESSOAS
JURÍDICAS

Certifico que o presente documento é de igual teor ao que se acha arquivado neste Registro Civil das Pessoas Jurídicas, estando a Alteração e Consolidação do Estatuto do "Centro de Tradições Gaúchas M Borore, averbada no livro A-1, as folhas 78v, sob n.º de ordem 268, em 18 de abril de 2006 e protocolado no livro A-1, sob n.º 503, em 07/04/2006. Dou Fe. Campo Bom, 13 de maio de 2022.

Emolumentos: Total: R\$ 192,40 + R\$ 8,70 = R\$ 201,10
Certidão PJ: R\$ 176,00 (0083.04.0900002.08049 = R\$ 4,40)
Busca: R\$ 10,40 (0083.02.0900002.02252 = R\$ 2,50)
Processamento eletrônico: R\$ 6,00 (0083.01.0900002.48637 = R\$ 1,80)

Analucia Baptista Fischer-Substituta



A consulta estará disponível em até 24h
no site do Tribunal de Justiça do RS
<http://go.tjrs.jus.br/seledigital/consulta>
Chave de autenticidade para consulta
0971545420220000016901